

Planalto prepara ofensiva para modificar dispositivos da Carta

BRASÍLIA — Encerrada a batalha do mandato, o Presidente José Sarney mobiliza seus aliados para produzir alterar o texto constitucional no segundo turno e no que resta das Disposições Transitórias. Nesta ofensiva, o Governo lançará mão exatamente das mesmas armas utilizadas para conquistar os cinco anos. Segundo um dos seus Líderes, estão previstos pronunciamentos em cadeia nacional de rádio e TV do Presidente e de todos os Ministros cujas pastas poderão ser afetadas pelos dispositivos que o Planalto considera danosos. Também os Governadores fiéis a Sarney serão convocados.

O Governo não descarta sequer outra tentativa de mudar o Regi-

mento Interno, de maneira a permitir a apresentação de emendas modificativas no segundo turno de votação. O atual só admite emendas supressivas. Tal limitação impede que as forças situacionistas consigam alterar substancialmente, até mesmo invertendo-as, certas disposições adotadas pelo plenário.

É o caso, por exemplo, do artigo que torna a greve um direito amplo e irrestrito. O Palácio gostaria de acrescentar normas impondo restrições ao seu exercício nos setores essenciais, como energia, transporte e segurança.

O Presidente Sarney já designou o Assessor parlamentar do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, para es-

tudar todas as alternativas do Regimento, inclusive as possibilidades de alteração. O estudo estará pronto antes do fim do primeiro turno, para que, no intervalo de dez dias que se fará para a apresentação de emendas, seja desencadeada a ofensiva.

Com o sentido de garantir estas mudanças, o Planalto espera contar com as mesmas forças que apoiaram os cinco anos. Para isso, pretende formalizar o bloco de sustentação interpartidário, baseando-se no mapa de votação, e recompor o níveis inferiores da administração, a partir de um levantamento dos nomes dos ocupantes de cargos dos segundo e terceiro escalões e de seus padrinhos.

Sete temas concentrarão os esforços do Governo

BRASÍLIA — São estes os pontos que o Planalto considera mais prejudiciais para o País, no projeto da nova Carta:

Anistia — A prioridade é garantir, nas Disposições Transitórias, o texto do Centrão sobre a anistia aos militares, rejeitando 18 emendas aditivas destinadas a reintegrar às Forças Armadas, no posto a que teriam direito, os punidos desde 1961. A resistência militar é enorme. Os Ministros têm advertido que seria criada uma situação de rebeldia da oficialidade, cujas promoções ficariam prejudicadas, trazendo altos riscos para a estabilidade institucional.

Direito de Greve — Sarney, segundo um Líder do Governo, está convencido de que, se permanecer o direito irrestrito de greve, o País terá em breve um problema institucional. O parlamentar diz que se hou-

ver greve no setor energético, provocando um **black-out**, por exemplo, "o Urutu vai intervir". Neste caso, seria violada uma garantia constitucional, levando a um impasse. A bancada situacionista poderia remeter o assunto à lei ordinária, mas sabe que não teria apoio.

Reforma Tributária — Este ponto esbarra nos Governadores. O Planalto pretende negociar uma redução da distribuição das receitas. Como está hoje, mesmo que transfira encargos, como educação e saúde, a União ficará quebrada.

Direitos Sociais — Para reconquistar o apoio do empresariado, que se queixa da omissão de Sarney em todos pontos que não se referiam ao mandato, o Governo patrocinará a supressão de algumas conquistas sociais, entre elas, a licença-paternidade de oito dias e o turno ininter-

rupto de seis horas. A redução da licença-maternidade, de 120 para 90 dias, também é reivindicada, mas só será possível se forem permitidas emendas modificativas.

Taxa de Juros — Serão feitos todos os esforços para eliminar o dispositivo Fernando Gasparian, que limita os juros bancários a 12 por cento ao ano.

Política Mineral e Contratos de Risco — Embora as Forças Armadas e o próprio Governo se dividam sobre estas questões, será tentado suprimir a nacionalização do sub-solo e permitir, com algum limite, a realização de contratos de risco para a exploração de petróleo.

Previdência — Na Ordem Social há benefícios que pesariam demais sobre o Orçamento da Previdência. Entre eles, a concessão de um salário-mínimo aos deficientes.

Perigo

RESOLVIDA a questão do mandato presidencial, resta à Constituinte, na penúltima etapa de seu trabalho, votar as demais Disposições Transitórias.

TERÁ DE examinar mais de 600 emendas — muitas delas marcadas pelo intuito demagógico de agradar a grupos e setores limitados, sem a menor atenção para o custo da lisonja.

É BOM que ninguém se esqueça: as disposições podem ser transitórias no nome — mas, sem espírito público na votação, diversas trarão prejuízo permanente para a Nação.